

**ANAIAS DAS BIBLIOTECAS, ARQUIVO E MUSEUS MUNICIPAIS** – O aparecimento desta publicação, no segundo semestre de 1931, ocorre no quadro de um processo de âmbito e objectivos mais amplos de reorganização das bibliotecas municipais, e da própria Câmara Municipal de Lisboa.

Na sequência do golpe de 28 de Maio de 1926 e da instauração da Ditadura Militar, o país conhece profundas mudanças. Apesar das medidas repressivas que são instauradas, a instabilidade política e social mantém-se, decorrente da heterogeneidade do bloco de apoio à Ditadura – onde se incluem republicanos conservadores, monárquicos integralistas e liberais, e fascistas. A crise financeira que, em 1928, se faz sentir com grande acutilância, traz à pasta das finanças António Oliveira Salazar. Tem então início uma série de reformas de natureza político-administrativa no sentido de uma crescente centralização e de uma estatização e controlo governamental de todas as instituições públicas e sociais. Processo que terá como corolário a Constituição de 1933 e a instauração do Estado Novo.

Em 1931, à data do lançamento do primeiro número dos *Anais*, a institucionalização do Estado Novo está ainda em curso, como testemunham os textos nele contidos que fazem referência a uma «Comissão Administrativa», órgão que passa a deter o poder que antes de 1926 se distribuía pelo Senado Municipal e a Comissão Executiva (Lei nº 88, de 7/08/1913). Integravam então a referida Comissão Administrativa: o General Sr. José Vicente de Freitas (Presidente), o Coronel Eugénio Carlos Mardel Ferreira (Vice-Presidente), o Contra-Almirante Sousa Dias, o Comandante Henrique Quirino da Fonseca (Obras Municipais), o Tenente-Coronel Filipe Maria Caiola e o Tenente-Coronel Carlos Alberto Viçoso May. A craveira militar dos seus membros é também um sinal inequívoco do regime de Ditadura Militar<sup>1</sup>.

A proposta de edição de uma «Revista Municipal» é submetida à apreciação da dita Comissão Administrativa, em 31 de Dezembro de 1930, em simultâneo com a da «Organização das Bibliotecas Municipais». O proponente, Joaquim Leitão, **Inspector das Bibliotecas, Arquivo e Museus Municipais**, defende que a publicação será um «instrumento de troca, para permutar com os municípios do país e estrangeiro, que à biblioteca Municipal enviarem as suas publicações», além de constituir uma «excelente e incomparável propaganda municipal e turística» ou seja uma «afirmação do progresso e nobreza com que Lisboa se está modernizando»<sup>2</sup>.

No quadro daqueles objectivos, propõe-se que a publicação «trate designadamente assuntos de pré-história, história e actualidade ulissiponense [sic] ilustrada», além de dar notícia dos «progressos urbanos da capital, documentados por desenhos, plantas e clichés», das «entradas de espécies nas Bibliotecas Municipais, novas colecções ou exemplares dispersos entrados nos nossos museus, monografias, biografias de vultos municipais históricos, conferências que venham a realizar-se nos salões da Biblioteca Central, tudo quanto possa sugerir e comprovar actividade material e mental»<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> N.º 1 e 2, Julho a Dezembro de 1931, p. 24.

<sup>2</sup> Idem, p. 9-10.

<sup>3</sup> Idem, p. 9-10.

A proposta contempla ainda aspectos relacionados com a periodicidade da publicação, que será **trimestral**, e suas características físicas: «que cada tomo tenha, pelo menos **quarenta e oito páginas**, formato n.º 4». Trata-se de uma publicação **brochada** (23,3 cm x 17 cm), capa de papel de fraca consistência, colada, com cadernos de 8 páginas, cosidos. O facto de incluírem Índices para cada Ano/Volume e, a partir de 1935, se praticar uma numeração de páginas contínua sugere a possibilidade da sua encadernação.

Um programa editorial ambicioso e incontornavelmente relacionado com o da reorganização e dinamização das próprias Bibliotecas Municipais. Essa intervenção foi iniciada logo que a Comissão Administrativa tomou posse, em 1926, com uma série de iniciativas: a aquisição e restauro do Palácio Galveias, para aí instalar a «Biblioteca Central do Município de Lisboa, o Museu Municipal que não existia, e o Arquivo Geral»; a concentração do «recheio bibliográfico das três bibliotecas extintas» e de outros espólios municipais dispersos; a solicitação da oferta de exemplares do catálogo de outros organismos públicos nacionais e estrangeiros; a definição de objectivos e do, respectivo, modelo de organização; a aprovação do primeiro Regulamento das Bibliotecas, Arquivo e Museus Municipais. Sobre o evoluir deste plano de acção, bem como da cerimónia de inauguração da Biblioteca Municipal Central, a **5 de Julho de 1931**, há informação no número duplo editado em Dezembro desse ano.

Os *Anais das Bibliotecas, Arquivo e Museus Municipais* que se publicaram entre **1931 e 1936**, num total de **21 números**, constituem uma importante fonte de informação sobre a história das bibliotecas de Lisboa e até da leitura. É de sublinhar que Joaquim Leitão, director da publicação e inspector geral das bibliotecas, dá cumprimento integral ao programa editorial apresentado e em todos os números apresenta informação de natureza estatística não só sobre o movimento de livros como dos leitores, distribuídos por «ordem de profissão». Um rigor que dá testemunho do brio técnico e sentido de «serviço público» que o guiavam, qualidades que o Estado Novo valorizava como forma de se demarcar do regime anterior e de conquistar a opinião pública. A capacidade empreendedora do Estado, a sua organização e eficácia são aspectos sempre realçados nos *Anais*. A este propósito chamamos a atenção para o «Relatório de uma visita de estudo» à Biblioteca Municipal e Popular de Bordéus, pelo Dr. Semtob Dreiblatt Sequerra<sup>4</sup>, 2º Bibliotecário da Biblioteca Municipal Central de Lisboa, que dá testemunho da vontade de modernizar e equiparar a oferta de Lisboa com a de outras cidades europeias.

As festas oficiais e as comemorações são, de forma crescente, momentos de afirmação do regime, a que os *Anais* dedicam muitas das suas páginas. Isto é particularmente notório a partir de 1933. É também dessa data a proposta de criação de um «**Pelouro dos Serviços Culturais**», apresentada à Comissão Administrativa pelo Vereador Luiz Pastor de Macedo, e reproduzida no único número publicado naquele ano<sup>5</sup>. O novo pelouro será, doravante, um dos pólos dinamizadores desses actos públicos, por vezes em parceria com outras

---

<sup>4</sup> Membro da Comunidade Israelita de Lisboa.

<sup>5</sup> Cf. n.º 7 a 10, Janeiro a Dezembro de 1933, p. 50

entidades, nomeadamente o Secretariado da Propaganda Nacional criado também naquele ano<sup>6</sup>.

Por coincidência ou mais do que isso, no ano seguinte, 1934, no primeiro número e pela primeira vez, a publicação faz constar um **quadro de colaboradores**, do qual farão parte, entre outros: Augusto Vieira da Silva, Afonso de Dornelas, Agostinho de Campos, Albino Forjaz de Sampaio, António Baião, António Rodrigues Cavalheiro, Artur da Mota Alves, Augusto Botelho da Costa Veiga, Fidelino de Figueiredo, Gustavo de Matos Sequeira, Henrique Campos Ferreira Lima, João da Silva Correia, Júlio Eduardo dos Santos, Juan Tena Fernandez, Júlio Dantas, Possidónio Mateus Laranjo Coelho, Luís de Freitas Branco, Luís da Cunha Gonçalves, Mosés Bensabat Amzalak<sup>7</sup>, Reinaldo dos Santos, Sampayo Ribeiro. Na sua maioria, são estudiosos, professores, ensaístas, membros das principais academias de científicas e literárias da época, com obra publicada e, nalguns casos, na direcção de organismos públicos prestigiados como a Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo e o Arquivo Histórico Militar.

O Director dos *Anais*, Joaquim Leitão, anuncia também uma redefinição das «Directrizes» da publicação, cujas páginas «são poucas para registar curiosos documentos inéditos, esquecidos ou raros, de interesse lisiponense». Assim, «reduzir-se-á ao indispensável a secção estatística» e todos os números passarão a incluir «um trabalho actual e uma exumação do passado» que será também publicado em **separatas** «de modo a formar uma nova colecção lisiponense»<sup>8</sup>. O programa cumpriu-se, perfazendo um total de 14 separatas, mas implicando uma alteração no **preço de venda** da publicação: o número avulso sobre de 5\$00 para 7\$00. A este propósito importa realçar que os *Anais*, impressos na Tipografia Municipal, têm um preço elevado, quando comparado com o praticado em outras publicações<sup>9</sup>, o que desde logo é indicador do público a que estava destinado: classe média e alta, onde se incluíam alguns dos grupos profissionais que mais utilizavam as bibliotecas Municipais, os «estudantes», «profissões liberais» e «outras profissões». No mesmo sentido corrobora o seu conteúdo, onde predominam os estudos e as monografias sobre Lisboa, os seus artistas e outras personalidades que nela se destacaram, bem como a reprodução de textos antigos considerados relevantes para o conhecimento da história da Cidade. Neste capítulo destacam-se, entre outros: uma colecção documentos (sobretudo, «cartas de doação e empraçamento», espécie de contratos de arrendamento) do Cartório da *Confraria dos Clérigos Ricos* de Lisboa, dos séculos XIII a XV, existentes na Divisão de Reservados e

---

<sup>6</sup> Em 1934, as tradicionais marchas populares de Lisboa, suspensas por dois anos, são retomadas e oficializadas como Festas da Cidade de Lisboa, que decorreram de 8 a 13 de Junho. Da comissão executiva das Festas, presidida por Luís Pastor de Macedo, fizeram parte: Gustavo de Matos Sequeira, Norberto de Araújo, Luís Teixeira, Leitão de Barros e Amélia Rey Colaço, José Pontes, José de Figueiredo e Joaquim Leitão, que na sua maioria viriam a integrar o quadro de colaboradores dos *Anais*.

<sup>7</sup> Presidente da Comunidade Israelita de Lisboa, desde 1927 até 1978.

<sup>8</sup> N.º 11, Janeiro a Março de 1934, p. 5.

<sup>9</sup> Apenas como referência refira-se que o preço do *Diário de Lisboa*, em 1933, é de 30 centavos. O número avulso da revista *Feira da Ladra*, com idêntico número de páginas, é de 4\$00.

Manuscritos, da Biblioteca Nacional<sup>10</sup>; correspondência trocada entre o Marquês de Pombal e Ayres de Sá e Mello, dos anos 1751 a 1776, existente na secção de manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro<sup>11</sup>; carta redigida em Lisboa ao tempo da ocupação castelhana, pertencente ao Fundo Português da Biblioteca Nacional de Paris<sup>12</sup>. Três exemplos que servem apenas para ilustrar o dinamismo que as bibliotecas conheceram neste período.

Não cabe aqui desenvolver mais o manancial de informação que os *Anais* contêm, mas muito mais se poderia chamar à pesquisa e analisar. Por esclarecer fica para já o seu fim abrupto no ano de 1936. A única pista que possuímos é a de que nesse ano, Joaquim Leitão já não é o Inspector das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipais, embora se mantenha como Director dos *Anais*.

Rita Correia  
(01/07/2007)

**Bibliografia:** *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, Limitada, s.d; MEDINA, João (Dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Ediclube, 1998; MARTINS, António Viana, *Da I República ao Estado Novo*, 1976, Iniciativas Editoriais, Lisboa.

---

<sup>10</sup> Cf. n.º 1 e 2, 5, 6, 7 a 10.

<sup>11</sup> N.º 7 a 10, de Janeiro a Dezembro de 1934, p. 5 a 7

<sup>12</sup> N.º 15, Janeiro a Março de 1935, p. 5 a 9.